



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9740 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

EFEITOS DA EDUCAÇÃO TERCIÁRIA NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA
Celia Cristina Pereira da Silva Veiga - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Bruno de Oliveira Figueiredo - Fundação de Apoio a Escola Técnica - FAETEC

Agência e/ou Instituição Financiadora: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

EFEITOS DA EDUCAÇÃO TERCIÁRIA NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Resumo:

A contrarreforma do ensino superior evidencia a luta empreendida por aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos do capital pela direção da Política de Educação Superior no Brasil. As transformações ocorridas nesse contexto são concorrentes com a proposição do projeto educação terciária, amplamente difundido por organismos internacionais. Diante disso, tomamos a educação terciária como objeto e seus efeitos na Política de Educação Superior como questão de investigação. Nosso objetivo é relacionar as mudanças ocorridas na Política de Educação Superior brasileira ao projeto de educação terciária de modo a explicitar seus vínculos. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e finalidade explicativa cujos procedimentos técnicos são a pesquisa bibliográfica e documental que se utiliza da análise de fontes bibliográficas e da documentação. Resultados iniciais apontam para a implementação diversificada de políticas alinhadas à concepção de educação terciária para o ensino superior no Brasil, com efeitos mediatos e imediatos. De modo mais aparente, a implementação dos Cursos Superiores de Tecnologia tem se estabelecido como modelo interessado, imediatista e pragmático. Contudo, a adoção de um conjunto diversificado de instrumentos tem produzido um efeito de cerco às margens da política, infundindo hegemonia em torno da terciarização do ensino superior.

Palavras-chave: Recomposição burguesa; Contrarreforma da educação; Educação terciária; Política de educação superior.

Avanços do projeto burguês para educação superior, em escala global, em curso no Brasil, têm infundido uma concepção de educação de “novo tipo” mais alinhada aos interesses hegemônicos do atual contexto. O projeto denominado educação terciária vem sendo difundido desde o final da década de 1930 e, com maior expressão, após a criação de organismos internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Banco Mundial, na década de 1940. Esse projeto é o objeto de investigação proposto para este texto, cuja questão

norteadora é a dimensão dos efeitos da educação terciária sobre a Política de Educação Superior. Essa questão surgiu no desenvolvimento de nossas pesquisas em nível de doutorado, assim, temos como fundamento nossas próprias teses defendidas em 2019 (AUTOR²; 2019) e 2020 (AUTOR¹, 2020), que deram origem à investigação subsequente.

Nosso objetivo é relacionar as mudanças ocorridas na Política de Educação Superior brasileira ao projeto de educação terciária a fim de explicitar seus vínculos. Para isso, realizamos uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e finalidade explicativa cujos procedimentos técnicos são a pesquisa bibliográfica e documental que se utiliza da análise de fontes bibliográficas e da documentação.

A linha argumentativa para apresentação dos resultados iniciais da pesquisa parte da apresentação do conceito de educação terciária e o trabalho de difusão desse paradigma realizado pelos organismos internacionais para reconfiguração e reestruturação da política educacional, em nível global. A partir desse suporte, em segundo momento, apresentamos os efeitos da educação terciária na Política de Educação Superior brasileira.

Entendemos que educação terciária é uma dimensão da contrarreforma educacional com fundamentos e diretrizes cuja origem aponta para o início do século XX. Com o objetivo de difundir e consolidar a sociabilidade burguesa, a unificação dos sistemas educacionais passa a ser objeto de disputa entre capital e trabalho. É neste sentido que podemos afirmar a terciarização da educação superior como diretriz central para tornar a educação superior interessada e voltada aos interesses de mercado. O caráter ampliado é expresso no objetivo de mundialização da educação que ao mesmo tempo difunde a lógica de mercado como fundamento social e a educação como mercadoria segmentada e diferenciada. A unificação contida na terciarização do ensino superior mundial se funde com a necessidade de expansão do imperialismo do capital, capitaneado pelos Estados Unidos. Esta expansão é objeto de elaboração do conceito de americanismo de Gramsci (GRAMSCI, 2007, p. 241-282), no mesmo período dos estudos desenvolvidos por este intelectual italiano e revolucionário. O objetivo de moldar as sociedades civis à imagem e semelhança da burguesia mundial estabelece a educação como dimensão estratégica no contexto de disputa por hegemonia. Além deste aspecto, o conceito de contrarrevolução preventiva ajuda a compreender o caráter hegemônico da terciarização como diretriz reformuladora e reconstrutora de sistemas educacionais afinados e voltados para a consolidação da sociabilidade burguesa.

É neste contexto que a terciarização da educação superior mundial se funde no fenômeno de expansão do imperialismo do capital, sob a liderança norte americana, evidenciada na criação de organismos internacionais e supranacionais voltados para hegemônizar as sociedades nos limites da sociabilidade de mercado. É como processo hegemônico que analisamos a construção político-ideológica e as dimensões estruturais que vão desencadear o desenvolvimento de engenharias institucionais, como formas capilares e ampliadas da dominação burguesa. Os avanços atuais na construção do sujeito mercadológico como empreendedor de práxis limitada aos interesses de mercado precisam ser compreendidos na dinâmica sempre instável e de equilíbrio relativo do bloco-histórico do capital.

Diante disso, a contrarreforma do ensino superior sob o paradigma de educação terciária, em síntese, é composta por um conjunto de elementos que denotam sua essência: sistemas de ensino diversificados, destituição da ideia de gratuidade para todos, cobrança de mensalidades por Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, financiamento com cobrança de juros a serem custeados pelos estudantes, distribuição de bolsas mediante cumprimento de requisitos pré-determinados, formação flexível, currículos enxutos, conhecimento interessado e fragmentado, cisão entre ensino e pesquisa, formação de competências e habilidades, autoaprendizagem, aprendizagem sem restrição de tempo e espaço – educação à distância,

despolitização do docente e da própria educação (HIGHER EDUCATION IN EUROPE, 1987; OECD, 1999; UNESCO, 2012; SALMI, 2000; WORLD BANK, 2002).

A difusão desse Projeto se deu de modo diversificado e, inicialmente, de modo indefinido quanto à denominação, mas com fundamentos estabelecidos. Desde seu principal expoente, Stoddard (1944), inspirado em Inglis (1918), a utilização do termo “educação terciária”, como denominação principal para o novo paradigma educacional apresentado, delongou algumas décadas.

A implementação da escola técnica superior, em 1956, foi apontada como tendência em desenvolvimento no Seminário Iberoamericano de Ensino Técnico, ocorrido em Madri, em 1959 (UNESCO, 1959, p. 5-6). Seguido a isso, em 1962, a CEPAL defendeu a necessidade de diversificação de cursos e ampliação do número de vagas para educação técnica e profissional como “ensino superior tecnológico” (CEPAL, 1962, p. 218-219, 223). Em 1963, o Fundo Especial da UNESCO recebeu 56 projetos para a educação superior na América Latina, com destaque para o “ensino superior técnico” (UNESCO, 1963, p. 9), destinado à formação de tecnólogos e às pesquisas sobre currículo nesse nível de ensino. Além disso, destinou fundos para implementação de IES destinadas à educação superior tecnológica no Chile, Colômbia, Equador e Peru. Em 1967, o Banco Mundial apresentou recomendações para o ensino superior como parte de acordos de cooperação com empréstimos para o desenvolvimento do setor energético. A diversificação foi proposta pela criação de escolas técnicas de ciclo superior, com pagamento de mensalidade no nível superior por famílias que tenham condições foram incluídas (WORLD BANK, 1967, p. 13, 48 -50). Em 1971, a Resolução n. 1, da Conferência de Ministros da Educação da Europa (COUNCIL OF EUROPE, 1971) aponta o ensino pós-secundário como política educacional que deveria ser expandida pelos países em geral como parte do projeto de diversificação, no bojo da “educação terciária” (COUNCIL OF EUROPE, 1973). Nesse momento histórico, o termo “educação terciária” passou a denominar, de modo mais claro, o projeto de contrarreforma do ensino superior, sob os mesmos fundamentos idealizados por Stoddard (1944).

Com base nesse fundamento político, notamos a implementação de medidas, projetos, ações e políticas diversas sobre o mesmo paradigma. Instrumentos tais que não estão restritos à educação superior, considerando que, mesmo aqueles que são para aplicação imediata nesse nível de ensino, servem como modelo para os demais níveis. Com isso, ao tomar o ensino superior como laboratório da educação terciária, difunde um conjunto ideológico a ser adotado nos sistemas educacionais em sua totalidade, a fim de educar um humano de “novo tipo”: um sujeito terciário (AUTOR¹; AUTOR², 2020).

Sendo assim, o fomento à lógica mercantil na política educacional pautada na perspectiva econômica da educação, vem sendo impulsionada pelos acordos de cooperação entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e organismos internacionais, desde a década de 1960 (Cf.: CUNHA, 1988). Bem como, no bojo das reformas curriculares pela inserção da pedagogia das competências nos projetos pedagógicos, além de conteúdos motivacionais sobre empreendedorismo, entre outros, que fortalecem a hegemonia em torno dos preceitos da racionalização, da concorrência, do mérito, da responsabilidade social (AUTOR¹, 2020).

A diversificação foi impulsionada pela regulamentação do sistema federal de ensino, que instituiu tipos de IES – universidade, centro universitário e faculdade; com isso, a ampliação da rede privada de ensino superior, a criação de cursos, a regulação da atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Combinado a isso, a implementação do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI) têm fomentado a hegemonia em torno da lógica privatista proposta na educação terciária.

Além disso, a criação de instrumentos de avaliação para educação em geral, desde o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); da Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC); do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); bem como, a implementação de instrumentos destinados à avaliação de instituições educativas e de cursos, com estabelecimento de metas gerenciais para destinação de recursos e bonificação de profissionais da educação são destinados ao controle da política. A responsabilização e premiação combinam coerção e consenso como estratégia de mediação para hegemonia em torno da perspectiva gerencial de educação.

Essa mediação também é encontrada na reconfiguração da divisão do trabalho educacional com a ampliação da participação de setores da sociedade civil. O compromisso Todos pela Educação é um exemplo da inserção do chamado “Terceiro Setor” nessa divisão, bem como a regulação da participação das Organizações Sociais na captação de recursos do fundo público destinados à educação. Por outro lado, a criação de cursos supostamente voltados à “demanda do mercado” serve à mediação com setores do empresariado.

A extensão da educação profissional ao nível superior, com discurso de “democratização” do acesso ao ensino superior, combinada com a criação e ampliação da modalidade EaD são outros exemplos de efeitos da educação terciária na política educacional brasileira. Junto a essa medida, a estruturação da Secretaria de Educação à Distância (SEED), a regulamentação da educação à distância como modalidade de ensino, em todos os níveis educacionais e normatização do credenciamento de todas as IES públicas e privadas existentes para oferta de EaD, ainda que exclusivamente nessa modalidade, potencializam o alcance da hegemonia. A medida fortalece a perspectiva da autoaprendizagem, da cisão entre ensino, pesquisa e extensão, dentre outras incluídas no projeto de educação terciária.

Por fim, a implementação e o desenvolvimento dos CST, cujos amparos legais e diretrizes curriculares, catálogo de cursos etc., são expressões da dualidade educacional, como dimensão interessada da educação superior na ótica do capital, cujo caráter é pragmático, imediatista e fragmentado, pode ser considerado o exemplo mais claro dos efeitos da educação terciária no Brasil. A essência desses cursos está amplamente alinhada ao paradigma da educação terciária e funciona como laboratório e instrumento de formação de hegemonia em torno do projeto. A ampliação do número de matrícula, cursos, IES ofertantes etc. evidenciam o alcance da política como exemplo para os demais níveis e modalidades de ensino na educação brasileira.

Referências

AUTOR¹. *Tese de doutorado*. 2020.

AUTOR². *Tese de doutorado*. 2019.

AUTOR¹; AUTOR². *Artigo*. 2020.

CEPAL. *Boletín Económico de América Latina*. CEPAL: Santiago de Chile, Vol. VII, No. 2, outubro de 1962.

COUNCIL OF EUROPE. *Council for Cultural Co-Operation and Cultural Fund: Annual report 1972*. Council for cultural co-operation, Strasburg, 1973.

COUNCIL OF EUROPE. *Standing Conference of European Ministers of Education: 7th session*. Brussels, Belgium, 8-10/June, 1971.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: vol. 4, 2ª edição. [Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HIGHER EDUCATION IN EUROPE. *Interfaces between secondary and tertiary education*. UNESCO, Bucharest, V. 11, n. 2, 1987.

INGLIS, Alexander. *Principles of secondary education*. University Press: Cambridge, 1918.

OECD. *Redefining tertiary education*. Organisation for Economic Co-Operation and Development, Paris, 1999.

SALMI, Jamil. *Tertiary Education in the Twenty-First Century Challenges and Opportunities*. Washington (DC): WORLD BANK, Human Development Department. Paper Series No. 62, 2000.

STODDARD, George Dinsmore. *Tertiary education*. Cambridge: The Inglis Lecture, 1944.

UNESCO. *Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para próxima década: 2011-2020*. UNESCO, CNE, MEC: Brasília, DF, 2012.

UNESCO. *La enseñanza profesional y técnica: bibliografía internacional*. Paris: UNESCO, 1959. 70 p.

UNESCO. *Programmes and activities relating to Higher Education in Latin America*. Paris: UNESCO, 1963. 21 p.

WORLD BANK. *Constructing knowledge societies: new challenges for tertiary education*. World Bank, Washington (DC), 2002.

WORLD BANK. *Economic growth of Brazil: problems and prospects*. Vol VI: Education. Washington (DC): Western Hemisphere Department, 1967.